



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO  
**Secretaria Municipal de Administração**

PROJETO DE:

LEI COMPLEMENTAR Nº. ....DE..... DE ..... DE 2024.

*Altera o §3º do art. 3º da Lei Complementar nº 73/2022.*

**F.F, PREFEITO MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO.**

**FAÇO** saber, em cumprimento ao disposto no art. 102, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Altera-se a redação do seguinte artigo da Lei Complementar nº 73 de 2022, passando a vigorar nos termos que seguem:

*Art. 3º O servidor municipal titular de cargo efetivo amparado no RPPS será aposentado:*

*(...)*

*§ 3º Quanto ao cálculo dos benefícios, será utilizada a média aritmética simples dos salários de contribuição e das remunerações adotados como base para contribuições a Regime Próprio de Previdência Social e ao Regime Geral de Previdência Social, ou como base para contribuições decorrentes das atividades militares de que tratam os arts. 42 e 142 da Constituição Federal, atualizados monetariamente, correspondentes a 100% (cem por cento) do período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde o início da contribuição, se posterior àquela competência, exceto aos servidores que tenham ingressado no serviço público até 31 de dezembro de 2003, os quais terão direito à totalidade da remuneração do cargo efetivo em que se der a aposentadoria.*

**Art. 2** - Revogadas as disposições em contrário e incompatíveis, esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sant'Ana do Livramento,                      de                      de 2024.

Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

Secretário Municipal de Administração



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO  
**Secretaria Municipal de Administração**

**JUSTIFICATIVA**

Estamos encaminhando, para apreciação desse Egrégio Legislativo Municipal, o projeto de lei complementar que: *“Altera o §3º do art. 3º da Lei Complementar nº 73/2022”*.


Justifica-se este Projeto de adequação da Lei Complementar 73/2022 para fins de que conste, expressamente, no que tange as regras de aposentadoria do art. 3 da referida Lei, a manutenção do direito a integralidade dos servidores que entraram no serviço público até 31 de dezembro de 2003.

Isto porque, ainda que garantido pela Constituição Federal a garantia do direito adquirido, o Tribunal de Contas deste Estado não está autorizando o registro das aposentadorias pela integralidade, pois a mesma não consta expressamente na legislação.

Em decorrência disso, manifesta a urgência na aprovação desta alteração a fim de contemplar as aposentadorias que estão em curso na Autarquia Previdenciária.

Pelo exposto e, principalmente pela relevância do tema, é que estamos encaminhando o presente projeto de lei complementar para apreciação desse Legislativo, esperando aprovação por parte dos ilustres Vereadores.

Sant'Ana do Livramento, 26 de fevereiro de 2024.

  
**EVANDRO GUTEBIER MACHADO**  
Prefeito Municipal em exercício